

A economia vivida na imprensa operária: salário, fome e resistência nas páginas da Tribuna do Povo (São Luís, Maranhão, 1945–1962)

Luiz Eduardo Simões de Souza

Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil

Perla Daniele Costa Carreiro

Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo, Brasil

Tárcia Zaquê de Sousa

Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil

Recebido em: 23 dez. 2025

Aprovado em: 31 jan. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

* Professor Associado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pós-Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE) desde 2010. E-mail: luiz.souza@ufma.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8817-5379>

 <http://lattes.cnpq.br/6294050144240748>

** Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); especialista em Gestão de Projetos pela Universidade de São Paulo (USP); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE). E-mail: perladaniele004@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0008-7687-0869>

 <http://lattes.cnpq.br/6527458231380363>

*** Graduada em História – Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e membro do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE). E-mail: zaqueotarcia@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-0045-6329>

 <http://lattes.cnpq.br/8992761955554793>

Resumo

Este artigo examina o jornal *Tribuna do Povo* (São Luís, Maranhão, 1945–1962) como fonte e agente na produção de uma história econômica popular. Em contraste com as narrativas centradas em ciclos macroeconômicos e decisões estatais, o jornal comunista maranhense priorizou temas como salários, custo de vida, trabalho infantil, precarização da maternidade e fome urbana. Editado sob liderança de Maria Aragão, médica e militante comunista, o periódico operava como instrumento de denúncia e formação política (Araújo 2012). Através da análise de reportagens, identificam-se os mecanismos de dominação presentes na vida cotidiana da classe trabalhadora e a crítica sistemática ao modelo de desenvolvimento excludente. A *Tribuna* desafiava o discurso dominante da imprensa burguesa, construindo uma pedagogia da economia ancorada na experiência vivida dos sujeitos subalternos. O jornal transformava informações em ferramenta de mobilização, revelando como a luta por melhores condições de vida era também uma disputa sobre o sentido da economia (Leite e Loureiro 2024). Ao dar visibilidade aos conflitos estruturais que moldavam o cotidiano urbano-operário, a *Tribuna do Povo* constituía-se como arquivo da resistência e memória da desigualdade, consistindo em dispositivo de produção de saberes insurgentes que articulava, à luz de Gramsci, Guerreiro Ramos e Federici, a crítica à exploração econômica com a formação de consciência autêntica, a atuação do intelectual orgânico e a centralidade da reprodução social na luta de classes. O artigo contribui, assim, para a ampliação das abordagens da história econômica, ao destacar o papel da imprensa engajada na elaboração de saberes insurgentes e na articulação entre economia, política e luta de classes.

Palavras-chave: História econômica. Imprensa operária. Economia popular. Maria Aragão. *Tribuna do Povo*

The Labor Press and Everyday Economy: Wages, Hunger, and Resistance in The People's Tribune (São Luís, Maranhão, 1945–1962)

Luiz Eduardo Simões de Souza

Federal University of Maranhão
São Luís, Maranhão, Brazil

Perla Daniele Costa Carreiro

State University of Campinas
Campinas, São Paulo, Brazil

Tárcia Zaquê de Sousa

Federal University of Maranhão
São Luís, Maranhão, Brazil

Received: 23rd Dec. 2025

Approved: 31st Jan. 2026

Published: 31st Aug. 2026

* Associate Professor at the Federal University of Maranhão (UFMA). Postdoctoral Researcher in International Relations at the Institute of Strategic Studies (INEST), Federal Fluminense University (UFF); Ph.D. in Economic History from the University of São Paulo (USP); M.A. in Economic History from the University of São Paulo (USP); B.A. in History from the University of São Paulo (USP). Coordinator of the Political Economy and Economic History Research Group (GEEPHE) since 2010. E-mail: luiz.souza@ufma.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8817-5379>

 <http://lattes.cnpq.br/6294050144240748>

** Ph.D. Candidate in Economic Development at the State University of Campinas (UNICAMP). M.A. in Socioeconomic Development from the Federal University of Maranhão (UFMA); Specialist in Project Management from the University of São Paulo (USP); B.A. in Economics from the Federal University of Maranhão (UFMA). Researcher at the Political Economy and Economic History Research Group (GEEPHE). E-mail: perladaniele004@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0008-7687-0869>

 <http://lattes.cnpq.br/6527458231380363>

*** B.A. in History at the Federal University of Maranhão (UFMA). Scholarship recipient of the Institutional Teaching Initiation Scholarship Program (PIBID) and member of the Political Economy and Economic History Research Group (GEEPHE). E-mail: zaquetarcia@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-0045-6329>

 <http://lattes.cnpq.br/8992761955554793>

Abstract

This article examines the newspaper "Tribuna do Povo" (São Luís, Maranhão, 1945–1962) as both a source and an agent in the production of a popular economic history. In contrast to narratives centered on macroeconomic cycles and state decisions, this communist newspaper from Maranhão prioritized topics such as wages, cost of living, child labor, the precarization of motherhood, and urban hunger. Edited under the leadership of Maria Aragão—a physician and communist militant—the periodical functioned as an instrument of political denunciation and formation (Araújo, 2012). Through the analysis of its reports, the article identifies mechanisms of domination embedded in the daily lives of the working class and its systematic critique of an exclusionary development model. "Tribuna do Povo" challenged the dominant discourse of the bourgeois press by constructing a pedagogy of economics grounded in the lived experience of subaltern subjects. The newspaper transformed information into a tool for mobilization, revealing how the struggle for better living conditions was also a struggle over the very meaning of "the economy" (Leite and Loureiro, 2024). By rendering visible the structural conflicts shaping urban working-class life, "Tribuna do Povo" became an archive of resistance and a memory of inequality—indeed, a device for the production of insurgent knowledge. Drawing on the theoretical contributions of Gramsci, Guerreiro Ramos, and Federici, the article interprets this process as articulating a critique of economic exploitation with the formation of "authentic consciousness", the role of the "organic intellectual", and the centrality of "social reproduction" in class struggle. In doing so, the article contributes to broadening approaches in economic history by foregrounding the role of politically committed press in forging insurgent knowledges and in linking economy, politics, and class struggle.

Keywords: Economic history. Workers' press. Popular economy. Maria Aragão. Tribuna do Povo.

Introdução

A história econômica, tradicionalmente voltada ao estudo dos ciclos de acumulação, políticas estatais e transformações estruturais do capitalismo, tem sido desafiada por abordagens que buscam recuperar as experiências concretas dos sujeitos subalternos. Neste artigo, parte-se dessa inflexão metodológica para examinar como a imprensa operária, particularmente o jornal *Tribuna do Povo*, contribuiu para a construção de uma narrativa da economia a partir da perspectiva do povo. Editado em São Luís do Maranhão entre 1945 e 1962, o jornal se dedicava sistematicamente à cobertura de temas como salário, custo de vida, acidentes de trabalho, moradia, maternidade operária e infância desassistida. Ou seja, tratava-se de uma imprensa que falava de economia, mas não da economia dos mercados e capitais, e sim da economia popular, dos problemas concretos vividos por trabalhadores e trabalhadoras em seu cotidiano (Leite e Loureiro 2024).

A ‘economia popular’, como definida e discutida nas páginas da *Tribuna do Povo*, não se refere a uma economia informal ou marginal, mas à própria organização das condições materiais de vida das classes trabalhadoras. Ao invés de se restringir a noções abstratas de mercado ou produção, ela é vivenciada no dia a dia dos operários, nas suas lutas pela sobrevivência e pela dignidade, nos confrontos com a exploração do trabalho e com a falta de políticas públicas. A *Tribuna do Povo* enxergava como uma prática política, que não se limita ao campo técnico, mas envolve as relações de classe e a luta por justiça social. O jornal, ao realizar o chamado “trabalho de base” (Carone, 1982 e 1981), procurava desnaturalizar a miséria e a opressão, mostrando que a estrutura da economia estava intrinsecamente ligada às condições de vida e ao bem-estar das pessoas.

Para entender a profundidade das denúncias e das propostas de mudança expressas na *Tribuna do Povo*, é fundamental situá-las no contexto econômico e social do Brasil pós-guerra. No Maranhão, como em outras regiões do Brasil, o final da Segunda Guerra Mundial trouxe um período de transformações significativas, mas também de profundas desigualdades. A industrialização que se iniciava, centrada principalmente em São Luís, não se traduzia em progresso igualitário para a população operária, que enfrentava a fome, a precarização do trabalho e a falta de infraestrutura básica. Enquanto a elite local investiu em grandes projetos de expansão urbana e de

modernização, a grande massa trabalhadora vivia em condições sub-humanas, com salários ínfimos que mal cobriam as necessidades básicas. A resistência dos trabalhadores, assim como a atuação da imprensa operária, surgia como uma resposta direta à marginalização dessas populações na narrativa oficial de desenvolvimento (Leite e Loureiro 2024).

Em contraste com a imprensa local, marcada pela defesa de interesses patrimoniais, discurso desenvolvimentista e apagamento dos conflitos sociais, a *Tribuna do Povo* assumia abertamente um projeto de classe. Os temas que mobilizava não diziam respeito a balanços empresariais ou projeções de investimentos, mas sim à disparidade entre o salário e o custo da vida, ao adoecimento nas fábricas, à repressão sindical e à ausência de políticas públicas básicas, como creches e assistência médica. Essa forma de cobertura econômica conferia centralidade aos mecanismos de reprodução social e às condições materiais de existência dos setores populares, revelando a base desigual sobre a qual se assentava o crescimento urbano-industrial maranhense no pós-guerra.

Nesse sentido, a *Tribuna* produzia, de forma deliberada, uma ruptura epistemológica. Ao invés de naturalizar a exploração como dado técnico, suas páginas expunham as engrenagens cotidianas da dominação: a violência do trabalho infantil, o aborto forçado pela demissão de mulheres grávidas, a fome dos filhos das operárias deixados sozinhos durante o expediente. A economia ali narrada não era abstrata, mas encarnava-se em corpos exaustos, adoecidos, famintos. Era uma economia vivida e, portanto, profundamente política.

A importância desse jornal como fonte para a história econômica reside exatamente em sua recusa à neutralidade. Sob a liderança de Maria Aragão (1910–1991), médica, militante comunista e figura singular da luta popular no Maranhão, a *Tribuna* operava como instrumento de denúncia e formação política, articulando as contradições do modelo de desenvolvimento vigente (Araújo 2012). Nascida em Pindaré-Mirim, em uma família de origem humilde, superou inúmeros desafios sociais e econômicos até se formar em Medicina, tornando-se uma das primeiras mulheres a exercer a profissão no estado. Seu engajamento político se fortaleceu na luta pelos direitos dos trabalhadores e contra as injustiças sociais, o que a levou a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945. Ao longo da vida, enfrentou perseguições

políticas, prisões e torturas em vários períodos de exceção entre 1945 e 1985, mas nunca abandonou a defesa dos ideais de justiça e igualdade. Seu legado permanece vivo na história do Maranhão e do Brasil, sendo reconhecida como símbolo de resistência e compromisso com as causas populares (Moreira Neto, 2015).

Assim, Aragão não era apenas a editora da *Tribuna do Povo*, mas também uma das principais vozes de resistência popular no Maranhão. Seu papel como mulher em um contexto político tão hostil é de extrema importância, pois ela desafiava as barreiras de gênero e classe que limitavam a participação de mulheres na política e no jornalismo. Sua formação e atuação como médica contribuíram para a crítica que ela fazia às condições de saúde e à precarização do trabalho feminino, particularmente nas fábricas. Sua figura transcende a de uma simples militante: ela representa uma intelectual orgânica que soube articular sua prática política e suas ideias com as necessidades concretas da classe trabalhadora, mostrando que a luta pelo direito à saúde, ao trabalho digno e à educação era, de fato, uma luta por justiça social e econômica (Moreira Neto, 2015).

A escolha da *Tribuna do Povo* como base temática de fontes primárias permite uma análise mais aprofundada das condições vividas pela classe trabalhadora. A imprensa operária, em seu formato de jornalismo militante, oferece uma narrativa visceral da economia popular, que frequentemente é ignorada em estudos centrados em índices de produção e políticas estatais. O uso de fontes jornalísticas, no entanto, traz desafios metodológicos, como a interpretação da subjetividade e a distorção que pode ocorrer na representação de fatos. O valor dessa abordagem está em sua capacidade de revelar a experiência concreta dos trabalhadores (Leite e Loureiro, 2024). Este artigo busca, portanto, refletir sobre como essas fontes ditas informais enriquecem a compreensão dos mecanismos de dominação e resistência nas classes populares.

Estudar esse periódico é, assim, abarcar uma concepção ampliada de economia, na qual a luta por salário digno, jornada justa, moradia, saúde e respeito à maternidade não são temas marginais, mas estruturantes. Em meio ao apagamento das vozes subalternas na historiografia econômica, as páginas desse jornal operário resgatam uma outra memória: a da resistência silenciosa e cotidiana que também construiu o Brasil urbano-industrial (Leite e Loureiro, 2024).

A abordagem proposta se insere dentro de uma historiografia que busca reverter a marginalização das experiências populares na narrativa econômica. Enquanto estudos clássicos de história econômica focam em indicadores macroeconômicos, a história social e econômica contemporânea tem dado maior atenção à resistência das classes trabalhadoras e às suas práticas cotidianas. O estudo contribui para essa perspectiva ao destacar a *Tribuna do Povo* como uma chave para entender a luta política e econômica da classe operária no Maranhão. Ao focar em temas como os salários e as condições de vida, a pesquisa dialoga com as abordagens recentes da história econômica, que valorizam as perspectivas dos subalternos e as relações de classe que moldam a dinâmica econômica.

A análise da *Tribuna do Povo* como dispositivo de produção de saber insurgente exige ultrapassar tanto a neutralidade positivista da historiografia econômica tradicional quanto a mera reivindicação moral da “voz dos oprimidos”. Para tanto, recorreremos a três referências teóricas complementares, cujas intuições convergem em torno de uma crítica ao monopólio hegemônico sobre o saber e à necessidade de construir alternativas epistemológicas situadas. De Antonio Gramsci (2004), tomamos o conceito de intelectual orgânico e sua proposição de que a luta política implica necessariamente uma luta pelo senso comum — isto é, pela elaboração de uma contra-hegemonia capaz de transformar experiências fragmentadas de opressão em consciência de classe. Já de Guerreiro Ramos (1982), incorporamos a crítica ao colonialismo intelectual e à noção de consciência inautêntica, segundo a qual a subalternidade se reproduz quando os sujeitos adotam como próprias as categorias de análise da elite dominante, em vez de elaborar, a partir de sua realidade, uma consciência autêntica. Por fim, de Silvia Federici (2019), resgatamos a centralidade da reprodução social como terreno constitutivo — e não acessório — da luta de classes, revelando como o capitalismo periférico opera não apenas pela exploração produtiva, mas pela desestruturação deliberada do cuidado, da saúde e da vida.

As fontes utilizadas neste trabalho consistem nas edições preservadas do jornal *Tribuna do Povo*, periódico¹ semanal publicado em São Luís, Maranhão, entre 1949 e 1959, sob direção de Maria José Aragão. O *corpus* total disponível para consulta reúne

1 *Tribuna do Povo* (São Luís, MA, 1949–1959), <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763950> (acessado em 20 de novembro de 2025).

222 exemplares correspondentes a 1949, 1953, 1954, 1955, 1958 e 1959. O acervo físico do jornal encontra-se na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, instituição que também mantém parte das edições em formato digital. Entretanto, todas as versões utilizadas nesta pesquisa foram consultadas exclusivamente por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, cujo repositório disponibiliza acesso integral às edições digitalizadas do periódico.

A utilização dessas coleções possibilitou o exame direto da materialidade do impresso, de sua organização editorial e de sua linguagem militante, fundamentais para a análise histórica proposta.

Maria Aragão e o jornalismo econômico militante

A atuação de Maria Aragão à frente da *Tribuna do Povo* não se limita à figura de uma editora de jornal, mas configura-se como um projeto político-pedagógico de comunicação voltado à denúncia e à transformação da realidade social. Formada em Medicina, mas profundamente vinculada aos movimentos populares e à militância comunista, Maria Aragão compreendia que a imprensa poderia ser instrumento de mobilização de classe, especialmente se tratasse dos problemas econômicos não como abstrações técnicas, mas como dores cotidianas vividas por operários e operárias maranhenses (Moreira Neto 2015).

Seu jornalismo não se baseava na neutralidade, mas em um posicionamento ético-político orientado pela luta de classes. A economia, sob seu olhar, era o campo das desigualdades materiais e simbólicas, onde se decidia quem teria o direito de viver com dignidade e quem seria empurrado para a miséria. Por isso, os temas priorizados pela *Tribuna* não eram os mercados financeiros ou a política cambial, mas o salário que mal comprava o básico, a jornada exaustiva, a ausência de creches, o aborto provocado pela demissão arbitrária, os corpos mutilados pela máquina.

A escrita da *Tribuna do Povo* sob sua direção era marcada por um tom indignado, direto e informativo. Combinava apelo emotivo com rigor na denúncia. Era um jornal que explicava, orientava e politizava, servindo de elo entre os dados econômicos e suas consequências concretas na vida da população. A seção de denúncias econômicas funcionava como um retrato coletivo da opressão estrutural, mas também como

arquivo de resistência. Ali se narravam as contradições do capital a partir da realidade de operários, mães trabalhadoras e crianças exploradas.

O jornalismo de Maria Aragão transcendeu a simples função informativa, estabelecendo-se como uma verdadeira escola de militância popular. Em um contexto de forte repressão política e censura, sua abordagem desafiava as convenções jornalísticas da época, criando um espaço onde o debate sobre a economia e os direitos dos trabalhadores se entrelaçava com a luta política. O jornal não apenas reportava, mas educava, conscientizando o operariado sobre suas condições de exploração e a necessidade de se organizar. Em suas páginas, as questões de saúde, trabalho, salários e moradia não eram tratadas como meros temas administrativos, mas como elementos centrais de um conflito de classe, refletindo a forma como a economia afetava o cotidiano das famílias operárias (Moreira Neto, 2015). Como médica, Maria Aragão trouxe uma visão única para suas críticas, associando sua experiência na saúde pública com a denúncia das condições de vida precárias, como a precarização da maternidade e o abandono da infância trabalhadora (Araújo 2012). Através do jornal, ela não só denunciava, mas também formulava soluções e chamava à ação, incentivando a classe trabalhadora a se mobilizar pela melhoria de suas condições de vida e pela transformação do sistema econômico vigente. Seu jornalismo não era neutro; era um agente de mudança, moldando uma consciência política e econômica nas massas populares.

A militância de Maria Aragão, portanto, não pode ser compreendida apenas nos marcos da política partidária. Seu engajamento passava pela construção de uma economia popular como campo legítimo de saber e de conflito. Ao estruturar o jornal como instrumento pedagógico, ela rompe com o monopólio dos economistas e tecnocratas sobre o discurso econômico. A economia, nas páginas da *Tribuna*, pertencia ao povo, porque era o povo, que a vivia cotidianamente, muitas vezes à custa do próprio corpo.

Essa atuação jornalística inscreve Maria Aragão na tradição das intelectuais orgânicas, que não apenas observam a realidade, mas intervêm nela com as ferramentas que possuem. Sua figura, enquanto mulher, médica, comunista e editora de jornal, desafiava múltiplas ordens de exclusão: de gênero, de classe, de profissão e de saber. Ao transformar o jornalismo econômico em arma de combate político, Maria

Aragão contribuiu para ressignificar a própria noção de economia, vinculando-a às lutas por justiça social e à denúncia das violências silenciosas que estruturam o capitalismo periférico brasileiro.

A militância de Maria Aragão estava intimamente ligada a uma rede de movimentos de esquerda e intelectuais comprometidos com a transformação social, com os quais compartilhava ideais de justiça e igualdade. Sua liderança no *Tribuna do Povo* estava alinhada com o Partido Comunista Brasileiro, que buscava ampliar os direitos dos trabalhadores e reverter as desigualdades sociais. Durante os anos 1940 e 1950, a resistência comunista ao regime e sua atuação em movimentos sindicais e populares eram centrais na construção de uma oposição sólida ao regime e ao modelo de desenvolvimento excludente. Aragão, por sua vez, não apenas se alinhava com as propostas de Prestes e Marighella, mas também defendia uma economia popular, cuja base estava na articulação entre teoria e prática, entre intelectualidade e ação sindical (Leite e Loureiro 2024).

O impacto político da liderança de Maria Aragão extrapola, assim, sua função como editora de jornal. Ela foi uma líder política que desafiou as estruturas dominantes da época, principalmente pela sua atuação enquanto mulher em um espaço político e jornalístico dominado por homens. A sua presença como figura proeminente no movimento comunista e no jornalismo militante refletia uma capacidade de liderança que transcendeu as limitações de gênero e classe. Ao dirigir a *Tribuna*, ela consolidou-se como símbolo de resistência no Maranhão, denunciando a exploração dos trabalhadores e buscando uma transformação nas estruturas econômicas e políticas da sociedade. Sua luta não foi apenas por justiça social, mas também pela dignidade das mulheres, dos trabalhadores e das famílias mais vulneráveis, oferecendo uma voz de resistência em um tempo de repressão.

O valor político da informação: denúncia, mobilização e consciência de classe

A *Tribuna do Povo* desempenhou um papel fundamental na construção da consciência da classe operária no Maranhão. Ao explicar com clareza os mecanismos de dominação e as estruturas econômicas que sustentavam a opressão, o jornal

buscava ajudar seus leitores a perceberem que sua condição de miséria não era um fenômeno natural ou isolado, mas fruto de um sistema econômico excludente. As matérias não apenas relatam os problemas, mas ensinavam sobre as causas dessas condições, permitindo que a classe operária se reconhecesse como sujeito político. O jornal, assim, transformava a informação em um instrumento de formação, que não só informava, mas também criava uma identidade coletiva de classe, reforçando a ideia de que a luta por melhores condições de vida era parte de uma luta política maior contra a exploração capitalista.

O jornal *Tribuna do Povo* se destacava do jornalismo tradicional não apenas pela crítica explícita à exploração, mas pela criação de um espaço para a ação política. Enquanto a imprensa burguesa preferia ocultar as desigualdades sociais e econômicas ou tratá-las como fenômenos naturais ou inevitáveis, Maria Aragão e seus colaboradores criaram um jornal de luta, onde cada denúncia era uma convocação para a mobilização coletiva. O meio não se limitava a ser um canal de informações, mas atuava ativamente como agente de transformação, desafiando as estruturas de poder e colocando a luta de classes no centro da discussão política e econômica. Em tempos em que a informação era tratada como propriedade de poucos, a *Tribuna* democratizou a informação, transformando-a em um instrumento pedagógico e de resistência.

A *Tribuna do Povo* não era apenas um jornal; era um instrumento de formação política. Seu conteúdo econômico não se restringia à descrição das condições materiais dos trabalhadores, mas buscava ativar uma consciência coletiva sobre os mecanismos de exploração. As notícias sobre salários, custo de vida e jornadas extenuantes não tinham função meramente informativa. Produziam efeitos políticos concretos: davam nome ao inimigo de classe, denunciavam o silêncio do Estado e apontavam a urgência da organização popular.

O jornalismo praticado pelo periódico comunista operava na contramão do modelo informativo burguês, que disfarçava a ideologia sob o manto da neutralidade. A *Tribuna* não se escondia atrás de uma pretensa imparcialidade: ao contrário, afirmava sua posição de classe e usava a informação como arma pedagógica e de combate. Isso se expressava em reportagens que combinavam dados objetivos com linguagem

acessível, indignada e incisiva, aproximando a política econômica da vida cotidiana das famílias trabalhadoras (Leite e Loureiro 2024).

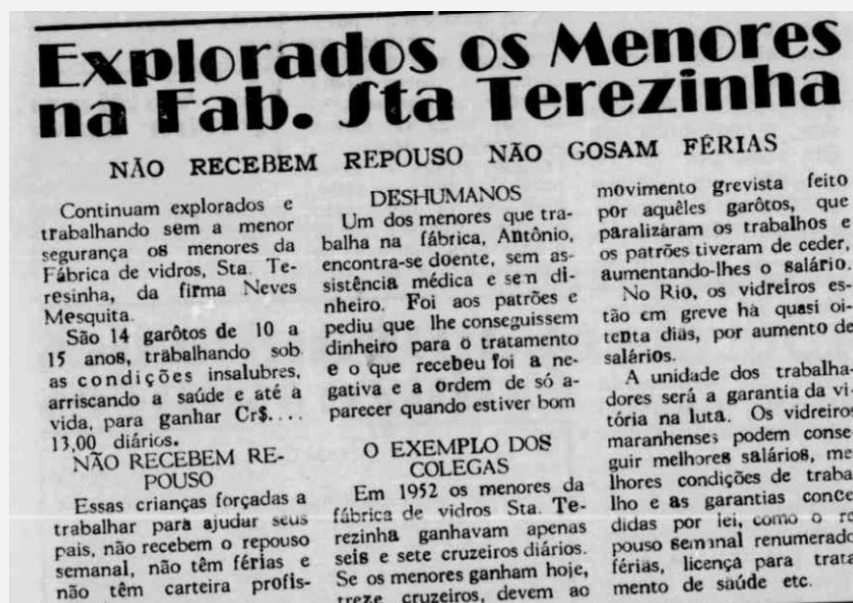
Essa forma de comunicação fazia da *Tribuna* uma plataforma de articulação entre denúncia e mobilização. Ao expor o que a grande imprensa escondia — o adoecimento operário, o aborto como imposição da fábrica, o salário que mal dava para o arroz —, o jornal encurtava a distância entre a dor privada e o problema coletivo. O operário deixava de ver sua miséria como destino e passava a entendê-la como consequência de uma estrutura injusta, abrindo caminho para a ação sindical, política e até grevista.

A relação entre denúncia e mobilização era central na estratégia do periódico. A exposição da dura realidade dos trabalhadores não se limitava à mera denúncia de injustiças; ele provocava a ação. Cada artigo sobre as péssimas condições de trabalho, os baixos salários ou a falta de infraestrutura estava intimamente ligado a um apelo à mobilização. O jornal estimulava o trabalhador a se engajar em greves, manifestações e na organização sindical, transformando a informação em um ponto de partida para a luta política. Assim, a informação na *Tribuna* não era apenas um relato de fatos, mas uma convocação à ação: uma chamada para a resistência contra a exploração

Maria Aragão, enquanto figura intelectual e dirigente, foi central para essa estratégia de comunicação insurgente. Sua leitura da medicina e da economia convergia para o entendimento de que o sofrimento do corpo era a expressão da violência do sistema. Através das páginas da *Tribuna*, ela transformava o diagnóstico social em denúncia política e a denúncia em apelo à transformação. Seu jornalismo econômico, assim, era também uma práxis revolucionária (Araújo, 2012).

Ao fazer da informação um espaço de luta, a *Tribuna do Povo* propõe mesmo uma reflexão sobre o papel da imprensa na análise e mesmo na prática da pesquisa em história econômica. Mais do que registrar dados, o jornal criava sujeitos políticos. Denunciava para mobilizar, narrava para organizar. Seu legado reside exatamente nisso: na prova de que a economia não é neutra, e que o direito à informação, quando disputado, pode se tornar o primeiro passo para romper com o ciclo da exploração.

Figura 01 – *Jornal Tribuna do Povo*, 14 de novembro de 1953



Fonte: *Acervo Biblioteca Benedito Leite*.

A matéria intitulada “Explorados os Menores na Fábrica Sta. Terezinha”, publicada em 1953, é uma denúncia contundente da exploração sistemática da infância operária em São Luís. Com uma linguagem direta, sem eufemismos, o jornal expõe a violação flagrante dos direitos trabalhistas previstos desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. O texto afirma que 14 crianças e adolescentes, com idades entre 10 e 15 anos, trabalhavam em condições insalubres na fábrica de vidros da firma Neves Mesquita, sem qualquer direito básico assegurado: sem carteira assinada, sem férias, sem repouso semanal e sem assistência médica.

O caso do menor Antônio, citado na matéria, sintetiza a brutalidade patronal. Adoecido, buscou ajuda dos empregadores e recebeu como resposta não só a negativa de apoio financeiro, como também a ordem de “só aparecer quando estiver bom”. A desumanização do corpo operário infantil se torna aqui explícita: um trabalhador substituível, cuja presença só interessa enquanto saudável e produtivo. A menção ao salário de Cr\$ 13,00 por dia, um valor inferior ao mínimo legal proporcional para menores aprendizes revela o uso de mão de obra barata sob pretexto de “aprendizado”, ignorando o disposto no art. 80 da CLT e no Decreto nº 30.342/1951,

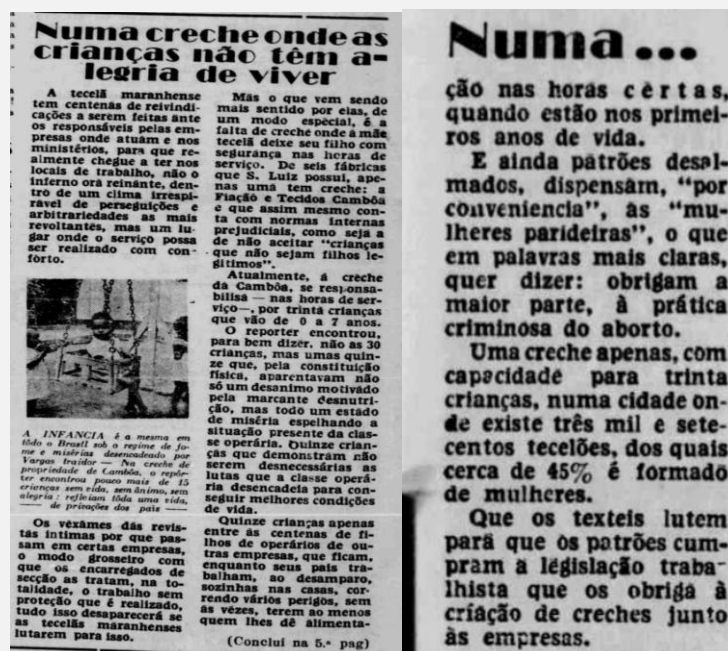
que fixava o salário mínimo para menores na proporção de 50% do salário mínimo vigente.

A situação denunciada também fere o artigo 72 da CLT, que garante repouso semanal remunerado, e o artigo 67, que exige pelo menos um descanso semanal de 24 horas consecutivas. Além disso, o artigo 403 da CLT já proibia o trabalho de menores de 14 anos, exceto na condição de aprendizes, em atividades não insalubres nem perigosas, o que não era o caso. A fábrica não apenas descumpria a lei, como colocava essas crianças em risco de morte, expondo-as a máquinas e produtos químicos, conforme indicado no trecho: “arriscando a saúde e até a vida”.

Destaca-se também o papel político do jornal ao registrar que os próprios menores organizaram um movimento grevista, interrompendo suas atividades até que os patrões cedessem e aumentassem os salários. Trata-se de um exemplo de resistência precoce, revelador da consciência coletiva formada mesmo em contextos de extrema vulnerabilidade. A matéria amplia essa ação ao vinculá-la à greve dos vidreiros no Rio de Janeiro, promovendo uma leitura nacional da luta de classes e incentivando a mobilização operária local.

A matéria não é apenas jornalística: é pedagógica e política. Ao informar sobre o direito ao repouso semanal, às férias, à licença médica e à remuneração digna, a *Tribuna* ensinava à sua audiência o conteúdo concreto da legislação trabalhista, conteúdo esse sistematicamente negado na vida real. Em um tempo em que o discurso desenvolvimentista exaltava a industrialização como caminho da modernidade, o jornal escancarou que essa modernidade era construída sobre o sangue, o cansaço e o silêncio de crianças maranhenses.

Figura 02 – *Jornal Tribuna do Povo*, 12 de dezembro de 1953



Fonte: Acervo Biblioteca Benedito Leite.

As matérias reunidas revelam um aspecto pouco explorado da economia urbana maranhense no pós-guerra: a precarização da maternidade operária e o abandono da infância trabalhadora. Faz-se a denúncia de que, apesar de São Luís contar com aproximadamente 3.700 tecelões, dos quais 45% eram mulheres, a cidade possuía apenas uma creche, vinculada à Fiação e Tecidos Camboa, com capacidade para trinta crianças. Na prática, a estrutura não atendia nem metade disso.

A crítica não se restringe à carência de equipamentos sociais. A denúncia mais grave aparece quando o jornal afirma que muitas trabalhadoras são demitidas "por conveniência" ao engravidar, o que, nas palavras da matéria, "obriga a maior parte à prática criminosa do aborto". Aqui, o jornal expõe como as condições econômicas e as políticas empresariais induzem diretamente à violação do direito à vida, convertendo a maternidade em risco trabalhista e a gravidez em sentença de miséria.

A matéria sobre a creche da Camboa aprofunda essa denúncia. O repórter encontra cerca de quinze crianças visivelmente desnutridas, apáticas, algumas em situação de abandono. A estrutura, que deveria assegurar proteção durante o

expediente das mães, era insuficiente, discriminatória (não aceitava “filhos ilegítimos”) e negligente. As crianças, descritas como “sem vida, sem ânimo, sem alegria”, traduzem simbolicamente o fracasso do projeto industrial em incluir as famílias operárias no suposto progresso defendido pelas elites econômicas.

Ambas as matérias tocam num ponto crucial: a ausência de políticas de cuidado como parte integrante das condições de trabalho. A CLT de 1943, em seu artigo 389², já obrigava os estabelecimentos com mais de trinta mulheres a manterem creches ou firmarem convênios para esse fim. A negligência patronal, portanto, não era apenas moral, mas também ilegal.

Ao reunir essas denúncias, a *Tribuna do Povo* constrói uma crítica estrutural ao modelo de desenvolvimento baseado na precarização da força de trabalho feminina. Em vez de proteção, as mulheres recebiam vigilância e punição. Em vez de políticas públicas, enfrentavam omissão estatal e arbitrariedade empresarial. O resultado era uma maternidade sufocada, uma infância desassistida e uma classe trabalhadora impossibilitada de romper com o ciclo da pobreza.

2 O artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelece que “todas as empresas são obrigadas a fornecer local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os filhos no período da amamentação”. O §1º determina que, quando houver pelo menos 30 empregadas com mais de 16 anos de idade, deverá ser mantido local adequado, em creches, diretamente ou mediante convênio com instituições públicas ou privadas. (BRASIL, 1943)

Figura 03 – *Jornal Tribuna do Povo*, 28 de Novembro de 1953

Fonte: Acervo Biblioteca Benedito Leite.

A matéria “Por uma vida melhor!”, veiculada pela *Tribuna do Povo*, retrata de forma contundente a precarização das condições de vida da classe trabalhadora maranhense no contexto inflacionário do início dos anos 1950. A crônica da fila pela carne, formada às três horas da madrugada no mercado do João Paulo, revela mais do que escassez de alimentos: expressa uma política econômica que, ao priorizar os interesses industriais e comerciais, empurrou milhares de famílias operárias para a fome cotidiana. A fila da madrugada torna-se, aqui, metáfora de uma sociedade onde a sobrevivência é racionada.

O texto constrói uma crítica direta à concentração de lucros nos chamados “tubarões” da indústria têxtil, em contraste com o poder de compra estagnado ou corroído dos trabalhadores. Enquanto os capitalistas da indústria têxtil comemoravam margens de lucro superiores a 17%, os operários enfrentavam filas, carestia e salários congelados. A denúncia não é apenas moral: ela revela a estrutura profundamente desigual da economia nacional, na qual o aumento da produtividade não significava redistribuição, mas sim aprofundamento da miséria operária.

Ao convocar os tecelões a retomarem a luta por aumento salarial, o jornal articula a denúncia econômica à mobilização política. O discurso direto (“Deverão também ficar de pé!”) e a evocação da greve de julho, que paralisou a indústria por dois dias, reforçam a necessidade da ação coletiva como única saída diante da política salarial regressiva. A *Tribuna do Povo* não se limitava a narrar os sintomas da crise; ela oferecia à classe trabalhadora uma interpretação crítica das causas e uma proposta de resposta política: a organização sindical e o enfrentamento.

A matéria também questiona a narrativa desenvolvimentista e nacionalista dominante, que exaltava o crescimento industrial como símbolo de progresso. Ao mostrar que esse “progresso” se realizava às custas da fome dos filhos das operárias e das filas humilhantes por carne, o jornal expõe o paradoxo de uma modernização econômica excludente. A economia, aqui, é entendida não como um campo técnico, mas como campo de luta entre a vida e o lucro.

A crônica da fila e da maternidade desassistida remete àquilo que a historiografia crítica da economia vem chamando de “reprodução social sob pressão”: o lugar onde o custo da comida, o preço do gás, a ausência de creche e o desemprego cotidiano moldam a própria possibilidade de existir. A *Tribuna do Povo* nos mostra, com clareza e indignação, que a economia do período não pode ser compreendida sem ouvir as vozes da madrugada aquelas que, em vez de cálculos, carregavam fome nos braços e esperança no silêncio.

O jornalismo militante enfrentava desafios significativos, principalmente em um contexto de censura e repressão política. A falta de recursos materiais, a dificuldade de circulação e as constantes ameaças de perseguição política tornavam ainda mais complexa a tarefa de manter um jornal independente e de resistência. No entanto, a *Tribuna do Povo* conseguiu se estabelecer como uma referência de credibilidade entre os trabalhadores, resistindo às pressões externas e se mantendo firme em seu compromisso de informar e mobilizar. A estratégia de combinar denúncia política com uma linguagem acessível e direta permitiu que o jornal alcançasse um grande público, mesmo com suas limitações. Assim, o *Tribuna* mostrava que a informação podia ser um instrumento de luta e resistência, capaz de desafiar as normas estabelecidas e criando um espaço para a reflexão e a ação popular.

A informação veiculada pela *Tribuna do Povo* não era apenas factual, mas carregava uma função pedagógica e transformadora. Ao expor a vida dos trabalhadores, o jornal transformava a informação em um instrumento de formação política. A escolha das palavras, os temas abordados e as histórias contadas eram cuidadosamente estruturadas para não apenas informar, mas também desafiar a visão dominante da economia. Cada matéria procurava ensinar algo mais profundo sobre as dinâmicas de poder que estruturam a sociedade, usando uma linguagem que não fosse técnica, mas que fosse entendida e internalizada pelos trabalhadores. Dessa forma, a informação no *Tribuna* era mais do que um relato: ela era um catalisador para a ação política, um convite para a resistência coletiva.

Algumas Considerações sobre o papel editorial de Maria Aragão na Tribuna do Povo

O estudo da *Tribuna do Povo* revela a importância da imprensa operária como fonte primária para a construção de uma história econômica que leva em consideração as experiências cotidianas da classe trabalhadora. Ao contrário da historiografia tradicional, que muitas vezes ignora as lutas populares e foca exclusivamente em grandes ciclos econômicos e decisões estatais, o jornal de Maria Aragão oferece uma narrativa baseada na economia vivida, destacando questões como salários, custo de vida e precarização do trabalho. Esta abordagem permite uma compreensão mais ampla das relações de classe no Maranhão durante o período pós-guerra, iluminando a base desigual sobre a qual o desenvolvimento urbano-industrial foi construído.

Maria Aragão, à frente da *Tribuna do Povo*, não apenas editava um jornal, mas também coordenava uma estratégia pedagógica de conscientização política. Seu trabalho refletia uma ruptura com a imprensa convencional, apresentando a economia popular como um campo legítimo de análise. O jornal, sob sua direção, transformou-se em um instrumento de resistência, utilizando a informação como ferramenta de luta. Ao colocar as questões econômicas no centro da agenda política, Aragão foi capaz de articular uma crítica incisiva ao modelo de desenvolvimento excludente, ao mesmo tempo que mobilizou os trabalhadores para ações políticas concretas, como greves e manifestações.

A relação entre denúncia e mobilização foi central nesse jornalismo. A denúncia das condições de vida dos trabalhadores não se limitava a expor injustiças; ela estava sempre ligada a um chamado para a ação coletiva (Moreira Neto, 2015). O jornal não apenas fornecia informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos operários, mas também oferecia um caminho para a resistência, apresentando as condições de trabalho e de vida como parte de um sistema econômico que deveria ser combatido. A mobilização política, nesse sentido, era uma consequência direta da informação: a educação política proporcionada pela *Tribuna do Povo* incentivava os trabalhadores a se organizarem e a resistirem às condições de exploração.

O trabalho da *Tribuna* foi, no entanto, cercado de desafios. A censura, a falta de recursos e a repressão política limitaram, muitas vezes, suas possibilidades de ação, mas não sua força. O jornal soube utilizar essas limitações para se consolidar como um ponto de resistência, sempre mantendo sua credibilidade entre os trabalhadores (Moreira Neto, 2015). Além disso, a estratégia de mobilização do jornal não se restringia a reportagens e denúncias; ela se estendia a um esforço constante para educar e formar a classe trabalhadora, proporcionando-lhe não apenas informações sobre suas condições, mas também as ferramentas para entender o contexto político e econômico em que estavam inseridos.

O conceito de “trabalho de base”, central à militância do PCB no pós-guerra, revela-se nas páginas da *Tribuna do Povo* não como uma mera tática organizativa, mas como uma ética política concreta: um modo de estar com a classe trabalhadora, escutando suas dores cotidianas — o salário que não paga o arroz, a creche negada, o menor expulso ao adoecer — e transformando essas experiências em consciência coletiva e ação organizada. Sob a direção de Maria Aragão, o jornal funcionava como um prolongamento desse trabalho: cada denúncia era um ato de presença, cada reportagem, uma lição de economia popular, cada chamado à greve, um convite à autodeterminação. Longe da verticalidade doutrinária, o “trabalho de base” praticado pela *Tribuna* exigia humildade, escuta atenta e capacidade de traduzir a teoria marxista na linguagem do cotidiano — mostrando que a luta por pão, saúde e dignidade era, já em si, uma luta anticapitalista. Assim, o jornal não apenas informava sobre a exploração; ensinava como reconhecê-la, nomeá-la e combatê-la — consolidando-se como um verdadeiro dispositivo de formação política popular.

Em uma nota adicional e mais pessoal de interpretação, tem-se a personagem de Maria Aragão. É plausível supor que Maria Aragão tenha articulado intencionalmente sua formação médica com sua atuação jornalística como forma de politizar o corpo como território de luta. Ao denunciar, por exemplo, o aborto induzido pela demissão de grávidas ou a desnutrição infantil nas creches patronais, ela não apenas expunha violações legais, mas transformava diagnósticos clínicos em acusações estruturais — como se cada caso fosse um sintoma de um “paciente social” gravemente enfermo: o capitalismo periférico. Essa convergência entre saber médico e crítica marxista sugere que sua prática não se resumia a uma mera denúncia humanitária, mas a uma epistemologia insurgente: uma economia popular entendida como fisiologia da desigualdade, em que a fome, o cansaço e a doença eram efeitos previsíveis — e evitáveis — de um sistema deliberadamente opressivo.

A hipótese de que Maria Aragão operava uma convergência entre medicina e jornalismo não é mera especulação, mas está sustentada em sua trajetória descrita por Araújo (2012), que a define como uma intelectual orgânica cuja prática se alimentava da observação clínica do sofrimento estrutural. Nas páginas da *Tribuna*, essa convergência era visível quando, por exemplo, denunciava o aborto “obrigatório” pela demissão de grávidas — não como tragédia individual, mas como efeito previsível de uma política empresarial deliberada (Leite e Loureiro, 2024). Ao articular o corpo feminino como alvo da exploração econômica, Aragão não apenas aplicava seus conhecimentos médicos, mas reformulou a crítica marxista a partir de uma ética da vulnerabilidade. Nesse sentido, ela antecipa, ainda que não nominalmente, abordagens posteriores da biopolítica — como as de Foucault —, mas com um viés insurgente: o corpo não era apenas governado, mas também resistia.

As matérias sobre filas pela carne no mercado do João Paulo exemplificam como Aragão traduzia indicadores macroeconômicos — como a inflação e a concentração de lucros — em sintomas corporais: fome, exaustão, desnutrição infantil. Como observam Leite e Loureiro (2024), a *Tribuna* não falava de “escassez” como dado abstrato, mas de “crianças sem vida, sem ânimo, sem alegria”, transformando estatísticas em figuras humanas. Essa linguagem “encarnada” era uma estratégia deliberada de pedagogia política, capaz de romper com a desumanização técnica da economia burguesa. A materialidade do corpo — do menor Antônio,

demitido doente; das tecelãs grávidas; das crianças desnutridas — funcionava como prova vivente da violência do sistema (Moreira Neto, 2015). A economia, então, não era compreendida apenas como relação de produção, mas também como relação de reprodução: de corpos, de vidas, de gerações.

Pode-se conjecturar que Aragão, ao descrever com precisão as lesões físicas provocadas por máquinas nas fábricas ou a desassistência médica aos menores, assumia uma postura de médica-testemunha — não como especialista distante, mas como parte da comunidade que sofre. Esse papel é coerente com sua biografia: nascida em Pindaré-Mirim, em família humilde, ela soube, como destaca Moreira Neto (2015), “transformar sua experiência individual em projeto coletivo”. Sua formação médica não era um capital simbólico para ascensão social, mas um instrumento de responsabilidade ética. Ao denunciar que a CLT era letra morta — como nos casos de trabalho infantil ou ausência de creches obrigatórias por lei (art. 389, CLT, 1943) —, ela exercia simultaneamente as funções de clínica, jurista popular e militante, revelando que o direito à saúde era inseparável do direito à justiça econômica.

Ao assumir a direção da *Tribuna do Povo* em um contexto marcado pela marginalização das mulheres nas esferas política e intelectual, Aragão operou uma dupla subversão, um duplo levante, de classe e de gênero. Sua voz não apenas contrapunha o discurso burguês dominante, mas também rompia com a hierarquia interna dos movimentos de esquerda, ainda frequentemente masculinizados e tecnocráticos. Ao priorizar temas como a maternidade precarizada ou o trabalho doméstico invisibilizado — e ao fazê-los centrais na crítica econômica —, ela provavelmente impulsionou uma reconfiguração simbólica do “sujeito operário”, ampliando-o para além da figura masculina, adulta e sindicalizada, e incorporando mulheres, crianças e corpos vulneráveis como agentes e vítimas estruturais do sistema. Nesse sentido, sua liderança pode ter contribuído para uma feminização da luta de classes no Maranhão, antecipando debates que só viriam a ganhar força décadas depois.

Embora o PCB mantivesse uma estrutura ainda androcêntrica — como reconhece Carone (1982) em sua análise nacional —, o caso de Maria Aragão aponta para um fenômeno local de contradição produtiva: sua liderança não apenas rompia com as expectativas de gênero, mas também expandia o próprio horizonte teórico do

partido. Como evidenciam Leite e Loureiro (2024), ela foi a única mulher a dirigir um jornal operário no Maranhão no período, e sua atuação não se limitou a temas “femininos”, mas os colocou no centro da crítica econômica. A denúncia da demissão de grávidas e da falta de creches não era um apêndice humanitário; era, sim, uma redefinição do que contava como questão de classe. Nesse sentido, Aragão introduziu, mesmo que não explicitamente, uma crítica interseccional décadas antes que o termo fosse cunhado.

Para Aragão, a maternidade operária não era um privilégio a ser protegido, mas um campo de batalha. A matéria sobre a creche da Camboa — que recusava “filhos ilegítimos” e negligenciava crianças famintas — demonstra como a moralidade burguesa e a economia uniam forças para punir a mulher pobre. Aragão, como mostra Moreira Neto (2015), não separava “política reprodutiva” de “política econômica”: a maternidade desassistida era tão estrutural em sua disfuncionalidade quanto a jornada de 12 horas. Ao incluir as mães trabalhadoras como sujeitos centrais da denúncia — e não como vítimas passivas —, o jornal contribuía para uma subjetivação coletiva: a operária que luta por creche não está apenas pedindo “auxílio”, está reivindicando tempo, corpo e futuro — ou seja, a condição para existir como sujeito pleno.

É possível aventar que Aragão tenha produzido uma “feminização” da teoria marxista local — não no sentido de suavizá-la, mas de complexificá-la. Enquanto a grande imprensa e mesmo parte da esquerda tradicional privilegiavam o operário-mestre masculino como arquétipo da classe, a *Tribuna* dava destaque a meninas tecelãs, mães demitidas, crianças exploradas. A greve dos menores na Fábrica Sta. Terezinha, por exemplo, era narrada não como episódio espontâneo, mas como ato político consciente — e isso só era possível porque o jornal, sob sua direção, reconhecia a agência de sujeitos socialmente infantilizados. Essa ampliação do sujeito da luta, ancorada na experiência concreta das mulheres e crianças, converteu o jornal em um laboratório teórico-prático de uma nova noção de classe — uma classe não homogênea, mas heterogênea, composta por corpos vulneráveis que resistem mesmo quando proibidos de existir politicamente.

É razoável hipotetizar que Aragão tenha concebido o jornal não apenas como veículo de propaganda comunista, mas como uma instituição paralela de saber — uma

espécie de “universidade popular” em formato impresso. Diante da exclusão dos trabalhadores dos canais formais de educação e da apropriação técnica da economia pelas elites, a *Tribuna* funcionava como um contrapoder cognitivo: ensinando direitos trabalhistas por meio de casos concretos, explicando inflação por meio do preço da carne na feira, e transformando greves locais em capítulos de uma narrativa nacional de resistência. Tal estratégia sugere que ela não buscava só mobilizar para a ação imediata, mas construir uma memória crítica de classe — um arquivo vivo, capaz de sobreviver à repressão e à censura, e de alimentar futuras gerações de militantes com a convicção de que entender a economia também é parte da revolução.

A ideia de que a *Tribuna* funcionava como “universidade popular” encontra respaldo direto em Leite e Loureiro (2024), que afirmam que o jornal “explicava, orientava e politizava”. Mas vai além: ele traduzia o direito — citando artigos da CLT — e contextualizava seu descumprimento. Ao informar que o salário de Cr\$ 13,00 dos menores era ilegal (artigos 403 e 80 da CLT), o jornal não apenas denunciava, mas ensinava aos leitores como ler a lei contra o patrão (Figura 01). Essa função pedagógica transformava o jornal em um espaço de produção de saber insurgente, termo usado pelos autores para designar conhecimentos gerados na luta, fora das instituições oficiais. Nesse sentido, Aragão operava o que Gramsci chamaria de “intelectual orgânico”: não transmitia teoria pronta, mas co-construía conhecimento com os trabalhadores a partir de suas experiências.

Ao registrar greves locais — como a dos vidreiros em São Luís — e conectá-las a movimentos nacionais — como a dos vidreiros do Rio —, o jornal exercia uma função mnemônica essencial. Como destaca Araújo (2012), em contextos de repressão e censura, a preservação da memória coletiva é um ato de resistência. A hipótese de que Aragão via o jornal como “arquivo vivo” (como sugerido no resumo do artigo) é plausível porque ela mesma sofreu prisões e torturas entre 1945 e 1985 (Moreira Neto, 2015). Sabendo que o Estado apagaria os rastros da luta, ela investiu na produção de um contrarregistro: não só notícias, mas testemunhos, nomes, datas. Esse gesto de escrita contra o esquecimento faz do jornal um precursor das “histórias subalternas” que surgiram décadas depois.

Por fim, a *Tribuna do Povo*, sob direção de Aragão, promovia uma disputa semântica: quem define o que é “economia”? Enquanto a imprensa burguesa associava

o termo a balanços, investimentos e crescimento, a *Tribuna* o redefiniu como salário que não paga o arroz, fome na fila da madrugada, maternidade criminalizada. Essa ressemantização, como enfatizam Leite e Loureiro (2024), era uma “disputa sobre o sentido da economia”. Ao recusar a neutralidade técnica e afirmar que “a economia não é neutra”, Aragão antecipava debates contemporâneos sobre economia feminista e popular. Mais que informar, o jornal desnaturaliza — revelando que a miséria não era destino, mas projeto. E ao fazer isso, transformava leitores em sujeitos capazes de não só reconhecer a opressão, mas de nomeá-la, contestá-la e imaginar outra economia.

Maria Aragão e a economia vivida: intelectual orgânica, consciência autêntica e reprodução social nas páginas da *Tribuna do Povo*

A atuação de Maria Aragão à frente da *Tribuna do Povo* (1945–1962) pode ser lida como uma encarnação histórica do conceito gramsciano de intelectual orgânico — aquele que “surge organicamente no meio de uma função social determinada, permanecendo ligado a ela para desenvolver e aperfeiçoar a esfera de atividade e de influência que lhe é própria” (Gramsci, 2004, p. 15–16). Diferentemente do intelectual tradicional, que reproduz saberes institucionais desvinculados da luta de classes, Aragão — médica, comunista, mulher negra maranhense — não apenas pensou com os trabalhadores, mas pensou a partir deles. Seu jornalismo não buscava “ilustrar” as massas com teorias importadas, mas traduzir as experiências concretas — a fila às 3h da madrugada pelo quilo da carne, a demissão por gravidez, o menor Antônio expulso ao adoecer — em categorias políticas. O periódico, nesse sentido, era uma escola de hegemonia popular: não impunha uma linha, mas cultivava, nas palavras de Gramsci, a consciência crítica como condição para a organização coletiva (Gramsci, 2004, p. 40). Ao citar artigos da CLT lado a lado com relatos de violações cotidianas, Aragão ensinava os trabalhadores a lerem o direito contra o patrão — ou seja, a transformarem o código legal em instrumento de luta, não de submissão. Tratava-se de um trabalho de tradução política, essencial à formação de uma contra-hegemonia capaz de disputar o sentido da “economia” e da “modernização” no Maranhão pós-1945.

Essa prática jornalística também dialoga profundamente com a crítica de Guerreiro Ramos ao colonialismo intelectual e à noção de consciência inautêntica. Para

Guerreiro Ramos (1982, p. 87), a consciência inautêntica é aquela em que os sujeitos reproduzem, sem crítica, os valores e categorias do colonizador — no caso brasileiro, da elite burguesa e de seus especialistas (economistas, juristas, tecnocratas). A imprensa burguesa local, ao celebrar o “progresso” da indústria têxtil ignorando as filas de fome, é exemplo clássico dessa consciência alienada. Em contrapartida, Maria Aragão promovia, nas páginas da *Tribuna*, uma consciência autêntica: não derivada de modelos importados, mas elaborada a partir da realidade vivida, do sofrimento corporal, da indignação moral e da resistência prática (Guerreiro Ramos, 1982, p. 94–95). Ao denunciar que “o lucro da indústria têxtil era de 17%” enquanto operárias viam seus filhos desnutridos na creche da Camboa, ela não apenas expunha uma injustiça, mas rompia com a ideia de que o desenvolvimento era neutro ou benéfico per se. Assim, sua pedagogia da economia era uma prática de descolonização do saber popular — uma afirmação de que os trabalhadores têm o direito de nomear, interpretar e transformar sua realidade, sem depender da “autoridade” dos especialistas legitimados pelo Estado ou pelo capital.

A centralidade dada por Aragão à maternidade precarizada, ao aborto induzido pela demissão, à ausência de creches e à exploração infantil permite uma leitura à luz da crítica feminista de Silvia Federici, especialmente sua noção de reprodução social como terreno fundamental da luta de classes. Para Federici (2019, p. 22), a reprodução não se limita à biologia, mas inclui todo o trabalho — remunerado ou não — que sustenta a força de trabalho: alimentar, cuidar, educar, curar. O capitalismo periférico, como o maranhense, não apenas explora o trabalho produtivo, mas desloca para as mulheres e para o Estado ausente os custos da reprodução. A matéria sobre a creche da Camboa — que recusava “filhos ilegítimos” e negligenciava crianças “sem vida, sem ânimo, sem alegria” — é, nesse sentido, um retrato vívido do que Federici chama de ataque à reprodução: a privatização, desvalorização e criminalização do cuidado como estratégia de maximização do lucro (Federici, 2019, p. 35). Ao transformar a demissão de grávidas em “obrigação ao aborto criminoso”, o patronato não apenas violava direitos, mas desmantelava a capacidade das mulheres de decidir sobre seus corpos e seus futuros. Ao expor essa trama, o jornal antecipava décadas de debates sobre capitalismo e patriarcado, mostrando que a luta econômica não se esgota na fábrica — ela também se trava na maternidade, na infância, na cozinha, na fila do mercado.

Nessa perspectiva, Aragão pode ser lida como uma precursora da economia feminista popular, que vê a reprodução social não como esfera privada, mas como terreno estratégico de resistência e reorganização coletiva.

A síntese dessas três tradições teóricas — gramsciana, ramosiana e feminista — permite compreender a *Tribuna do Povo* não como mero “órgão de propaganda”, mas como um dispositivo de produção de saber insurgente: um espaço onde se forjava uma consciência de classe autêntica, corporal e de gênero, capaz de reconhecer que a fome, o cansaço e a dor não são destinos naturais, mas escolhas políticas — e, portanto, reversíveis. Maria Aragão, nesse sentido, não apenas escreveu contra a opressão; ela escreveu para a emancipação, entendida como processo coletivo de reapropriação do corpo, do tempo e do futuro.

Referências

ARAÚJO, Márcia Antonia Piedade. *Maria Aragão: uma trajetória em busca de uma sociedade igualitária*. 322 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/15189>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

CARONE, Edgard. *História do Movimento Operário no Brasil, volume II (1945 - 1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

CARONE, Edgard. *O P. C. B.* São Paulo: Difel, 3 volumes, 1982.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 3. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 15. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982.

LEITE, Pedro Henrique; LOUREIRO, Bráulio. *Maria Aragão e a circulação das ideias marxistas no Maranhão entre 1945 e 1955*. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 17, n. 2, p. 71–88, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/424>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MOREIRA NETO, Euclides. *Maria por Maria ou a saga da Besta-Fera nos porões do cárcere e da ditadura*. São Luís: Engenho, 2015.

TRIBUNA DO POVO. São Luís (MA): [s.n.], 1949–1959. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/tribuna-do-povo/763950>. Acesso em: 20 nov. 2025. Também disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763950>. Acesso em: 20 nov. 2025.